

## A ANFOPE NA RESISTÊNCIA ÀS POLÍTICAS EDUCACIONAIS: UM CORPO DE LUTAS E PROPOSIÇÕES A FAVOR DA FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOCENTE<sup>1</sup>

*ANFOPE AND EDUCATIONAL POLICIES: RESISTANCE AND PROPOSALS IN FAVOR OF TEACHER TRAINING AND APPRECIATION*

*LA ANFOPE Y LAS POLÍTICAS EDUCATIVAS: RESISTENCIAS Y PROPUESTAS A FAVOR DE LA FORMACIÓN Y LA VALORIZACIÓN DOCENTE*

Maria de Fátima Barbosa Abdalla 

### RESUMO

Este texto objetiva analisar os mecanismos de resistência e as proposições da Anfope face às políticas de formação e valorização docente de cunho neoliberal. Fundamenta-se em uma perspectiva bourdieusiana e moscoviciana, em documentos da Anfope e em autores que discutem a formação e a profissionalização docente. Parte-se de pesquisa bibliográfica, desenvolvendo uma análise documental e de conteúdo. Os resultados indicam, de um lado, disposições legais que normatizam e regularizam processos formativos fragilizados e de desvalorização profissional; e, de outro, uma história de lutas no enfrentamento das políticas atuais, nos mecanismos de resistência e nas proposições da Anfope. Por fim, neste cenário de confrontações, há que se continuar lutando por políticas educacionais que garantam uma formação sólida, carreira profissional, salários dignos e condições de trabalho, sobretudo, quando se deseja uma educação justa, inclusiva e de qualidade social.

**Palavras-chave:** Anfope; Políticas Educacionais; Formação e Valorização Docente; Resistências e Proposições.

<sup>1</sup> Este texto foi apresentado, em sua primeira versão, na “Latin American Studies Association” (LASA 2025), no âmbito do Painel intitulado “Políticas educativas, resistência y formación del profesorado”, que ocorreu de 23 a 26 de maio, em San Francisco (USA). Destaca-se, aqui, que este artigo foi atualizado e ampliado para esta Revista.

## ABSTRACT

This text aims to analyze the resistance mechanisms and the proposals of Anfope in response to neoliberal policies on teacher training and development. It draws on a Bourdieusian and Moscovician perspective, Anfope documents, and authors who discuss teacher training and professionalization. The analysis begins with bibliographical research, followed by documentary and content analysis. The results reveal, on one hand, legal provisions that formalize and regulate weakened training processes and the devaluation of the profession; and, on the other, a history of resistance through opposition to current policies, the development of countermeasures, and the proposals put forth by Anfope. Finally, in this context of confrontations, it is essential to continue advocating for educational policies that ensure robust training, professional career development, fair wages, and adequate working conditions, especially when striving for an education that is just, inclusive, and of high social quality.

**Keywords:** Anfope; Educational Policies; Teacher Training and Appreciation; Resistance and Proposals.

## RESUMEN

Este texto pretende analizar los mecanismos de resistencia y las propuestas de la Anfope frente a las políticas de formación y valorización docente de cuño neoliberal. Se fundamenta en una perspectiva bourdieusiana y moscoviana, en documentos de la Anfope y en autores que discuten la formación y la profesionalización docente. La investigación se basa en una revisión bibliográfica y en un análisis documental y de contenido. Los resultados indican, por un lado, disposiciones legales que norman y regularizan procesos formativos debilitados y de desvalorización profesional; y, por otro, una historia de luchas frente a las políticas actuales, en los mecanismos de resistencia y en las propuestas de la Anfope. Por último, en este escenario de confrontaciones, hay que seguir luchando por políticas educativas que garanticen una formación sólida, carrera profesional, salarios dignos y condiciones de trabajo, sobre todo cuando se desea una educación justa, inclusiva y de calidad social.

**Palabras clave:** Anfope; Políticas Educativas; Formación y Valorización Docente; Resistencias y Propuestas.

---

## Introdução

*A tarefa do movimento dos educadores é imensa. É preciso que se ampliem as forças para o enfrentamento de políticas que venham no sentido da privatização da educação, redução dos recursos, aligeiramento da educação pela utilização inadequada*

*da educação a distância e a precarização do trabalho docente.*  
(Anfope, 2006, p. 15)

Políticas educacionais são resultantes de processos históricos que abrangem aspectos sociais, políticos, culturais e geram conflitos, trazendo à tona mecanismos de resistência e/ou proposições para mudanças. A Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope) tem sido reconhecida como um *corpo* social e político de saberes e ações que confronta as políticas de cunho neoliberal vivenciadas no Brasil nos últimos tempos. E é sua tarefa principal contribuir com o movimento dos/as educadores/as no sentido do enfrentamento de políticas que vão na contramão do que se espera para uma educação voltada para a qualidade referenciada socialmente (Anfope, 2006).

Diante disso, o texto, aqui desenvolvido, ao fundamentar-se em uma perspectiva bourdieusiana e moscoviciana, busca retratar a luta histórica que a Anfope tem realizado, durante as últimas décadas, por uma política global<sup>2</sup> de formação dos profissionais da educação e de valorização do magistério; assim como, por uma educação laica, gratuita, referenciada socialmente, inclusiva e de justiça social.

É preciso destacar que se trata de um recorte do projeto de supervisão de pós-doutorado, aprovado e financiado pelo Edital n. 16/22 (Capes) (Abdalla, 2022), que apresenta, como um dos objetivos, analisar os mecanismos de resistência e as proposições da Anfope face às políticas de formação e valorização docente.

Nesta direção, parte-se de pesquisa bibliográfica, desenvolvendo uma análise documental e de conteúdo a respeito dos documentos da Anfope, que dizem respeito aos Encontros Nacionais de Formação dos Profissionais da Educação, o Enanfope, e que acontecem de dois em dois anos. Tais Encontros registram os princípios dessa entidade científica, assim como suas lutas históricas frente às políticas públicas educacionais. Dessa forma, o texto procura tecer também reflexões sobre alguns dispositivos legais que orientam as

---

<sup>2</sup>O Documento Final do IX Encontro Nacional, realizado em Campinas, em 1998, define que “[...] uma política global de formação de professores implica tratar, simultaneamente e com a mesma seriedade, a formação inicial, as condições de trabalho, salário e carreira e a formação continuada, na busca por uma educação pública e gratuita de qualidade, que garanta a inclusão das classes populares”, na luta por uma “sociedade mais justa e igualitária” (Anfope, 1998, p. 22, grifos da Associação).

políticas de formação docente e fundamenta-se em referenciais teóricos que discutem a formação e a profissionalização docente no Brasil.

Para além dessas considerações iniciais, o texto se estrutura em mais quatro partes. A primeira apresenta a origem da Associação, colocando o foco nos princípios que a orientam, buscando mapear a mobilização da Anfope, situando suas concepções, orientações, proposições e/ou recomendações para as políticas educacionais e de formação de professores/as, para as universidades e os sistemas de ensino. A intenção aqui é a de registrar, ainda que de forma resumida, as ações referentes aos documentos finais dos encontros da Anfope, no âmbito da formação inicial e continuada dos/as professores/as, em um período que vai de 1990 a 2025.

A segunda parte traz alguns conceitos elaborados por Bourdieu (1997, 1998a, 1998b, 1999) e Moscovici (1978, 2005, 2012), que contribuem para a análise e interpretação dos mecanismos de resistência da Anfope, assim como de suas proposições para enfrentar os desafios da formação e da profissionalização docente. Apresentamos, então, as matrizes conceituais de análise, buscando colocar o foco nos conceitos fundamentais para a compreensão do que consideramos como resistências e proposições. Além disso, desenvolvemos, brevemente, os procedimentos metodológicos da pesquisa bibliográfica em questão.

Na terceira parte, analisamos e discutimos alguns dos resultados obtidos, que indicam a posição da Anfope diante das disposições legais que normatizam e regularizam processos formativos fragilizados e de desvalorização profissional. Classificamos os dados em duas categorias de análise e respectivas unidades de sentido: a primeira categoria revela os *mecanismos de resistência* e a segunda as *proposições da Anfope*.

Nesta perspectiva, a última parte sinaliza para as *considerações finais*, destacando a resistência e a persistência da Anfope como um movimento que vem constituindo um acúmulo de conhecimentos no sentido de uma concepção de formação e de valorização da docência.

## **Mapeando a mobilização da Anfope: das concepções às proposições**

[...] a profissionalização do educador supõe não só a formação inicial e a continuada, como também a valorização dos profissionais, o que requer condições de trabalho adequadas para o exercício da profissão e o desenvolvimento de uma política salarial unificada. (Anfope, 1996, p. 24)

O pensamento acima constitui um dos fundamentos de luta da Anfope, ao considerar que “a profissionalização do educador supõe não só a formação inicial e a continuada, como também a valorização dos profissionais, o que requer condições e trabalho adequadas para o exercício da profissão e o desenvolvimento de uma política salarial unificada” (Anfope, 1996, p. 24).

Foi com esse fundamento, dentre outros, que a Associação foi criada, em 27 de julho de 1990, em Belo Horizonte (MG), durante o V Encontro Nacional da Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação do Educador (CONARCFE), a partir de um movimento dos educadores, iniciado no final da década de 1970, em meio à luta pela redemocratização do país, tendo como cenário as Conferências Brasileiras de Educação (CBE).

É preciso destacar que a Anfope assumiu, em seus documentos, dois princípios da Conarcfe<sup>3</sup> (1983, p.4): o *primeiro* princípio se estrutura na Base Comum Nacional, que “[...] não deve ser concebida como um currículo mínimo ou um elenco de disciplinas, e sim como uma concepção básica da formação do educador e a definição de um corpo de conhecimento fundamental”. E o *segundo* princípio tem a ver com o significado da *docência*, que “constitui a base da identidade profissional de todo educador” (Conarcfe, 1983, p. 4).

Esses princípios levaram a Anfope a considerar, também, junto com a Conarcfe (1983, p. 4), que um dos papéis centrais do educador é ser um profissional que “domina determinado conteúdo técnico, científico e pedagógico que traduz o compromisso ético e político com os interesses da maioria da população brasileira”.

Para aprofundar, p. 4r a concepção de Base Comum Nacional, no 2º Encontro da Conarcfe, ocorrido em Goiânia, em agosto de 1986, entendeu-se que era preciso explicitar, melhor, sua concepção, seu significado e suas

---

<sup>3</sup>Esses documentos referentes à Conarcfe (1983,1986), assim como os demais documentos relacionados aos Encontros Nacionais da Anfope, estão disponíveis no *site da Anfope*: <<https://www.anfope.org.br/documentos-finais/>>.

implicações, definindo, assim, três dimensões (Conarcfe, 1986), que estariam “intrinsecamente relacionadas”, tal como segue:

- a) *Dimensão profissional*: que requer um corpo de conhecimentos que identifique toda a categoria profissional e, ao mesmo tempo, corresponda à especificidade de cada profissão. Como professores, devemos confluir num certo saber e num certo fazer;
- b) *Dimensão política*: que aponta para a necessidade de que os profissionais formados pelas diversas licenciaturas sejam capazes de repensar e recriar a relação teoria-prática, o que só pode se dar se tiverem uma formação que permita uma visão globalizante das relações educação-sociedade e do papel do educador comprometido com a superação das desigualdades existentes;
- c) *Dimensão epistemológica*: que remete à natureza dos profissionais da escola, instituição social necessária à transmissão e à elaboração de um saber, em que o científico deve ter um espaço privilegiado. A base comum deve, portanto, fundamentar-se em uma estrutura científica capaz de romper com o senso comum, sem perder o núcleo de bom senso nele existente. (Conarcfe, 1986, p. 5)

Diante dessas três dimensões - *profissional, política e epistemológica* - e tendo como fio condutor a *docência* como a base da identidade profissional, a Base Comum Nacional se caracteriza “[...] como a necessidade de formação de um profissional consciente de suas responsabilidades históricas, traduzidas pela reflexão crítica da sociedade e da prática educativa”, comprometida com “a escola pública e com os reais interesses da classe trabalhadora” (Conarcfe, 1986, p. 5).

A partir dessa concepção de *Base Nacional Comum*, a Anfope vem discutindo também sobre quais seriam os princípios que fundamentam a formação inicial e a formação continuada, assim como a profissionalização e valorização do magistério. E, nesta perspectiva, o VIII Encontro Nacional, que ocorreu, em 1996, quando encaminha questões sobre uma política global de formação de profissionais da educação, a Associação entende que “[...] a profissionalização do educador supõe não só a formação inicial e a continuada, como também a valorização dos profissionais, o que requer condições de trabalho adequadas para o exercício da profissão e o desenvolvimento de uma política salarial unificada” (Anfope, 1996, p. 24).

Nesta direção, a Anfope (1996, p. 25) destaca que “[...] é a formação inicial que vai habilitar para o ingresso na profissão e deverá garantir um preparo específico, com um *corpo* de conhecimento que permita ao profissional a condução do trabalho pedagógico [...]”. Assim, a *formação inicial* deverá contemplar a:

- ⑩ *qualificação para a docência*: condição para a condução do trabalho pedagógico, a partir da relação teoria-prática na aquisição, produção e socialização do conhecimento;
- ⑩ *qualificação político-pedagógica*: condição para a prática pedagógica que inclui as relações de poder no interior da escola e na relação escola-comunidade;
- ⑩ *qualificação político-social*: condição para a compreensão crítica e questionadora de projetos políticos para a educação e para o compromisso com a construção de um projeto político-social, comprometido com os interesses populares. (Anfope, 1996, p. 25)

Além disso, no IX Encontro Nacional, a Anfope (1998, p. 34) reafirma a defesa de que “[...] a formação inicial deva ser presencial”. Todavia, não descarta que seja realizada a distância, desde “[...] que envolvam as Faculdades e/ou Centros de Educação como responsáveis pela formação e preparação dos profissionais e dos materiais didáticos” (p. 34). E esta “[...] modalidade de formação inicial deverá ser acatada na medida em que haja um alto percentual de momentos presenciais e os recursos materiais e humanos necessários como bibliotecas, vídeos, outros recursos, para sua realização com qualidade social” (Anfope, 1998, p. 34).

Por outro lado, se levarmos em conta a concepção de *formação continuada*, é preciso enfatizar que a Anfope (1998) já elencava como princípios:

- ⑩ constituir direito de todos os profissionais da educação e dever das agências contratantes que deverão criar condições para sua operacionalização;
- ⑩ ser associada ao exercício profissional do magistério, uma vez que atualiza, verticaliza e complementa conhecimentos profissionais;
- ⑩ fundamentar o profissional da educação para contribuir com o desenvolvimento do projeto político pedagógico da instituição em que atua;
- ⑩ respeitar a área de conhecimento do trabalho do professor;
- ⑩ resguardar o direito à especialização permanente do professor, inclusive nos níveis de pós-graduação;

- ⑩ ser um processo de interface com o profissional em serviço, no sentido de tratar os aspectos teóricos em articulação com seus problemas concretos;
- ⑩ valorizar a produção de saberes construídos no trabalho docente;
- ⑩ assumir caráter de especialização ao aprofundar conhecimentos, buscando desenvolver competências para a pesquisa no campo de conhecimento do profissional da educação;
- ⑩ considerar a dimensão pessoal, enquanto crescimento profissional, a dimensão institucional, das agências formadoras e das agências contratantes, articulada com organismos que favoreçam o desenvolvimento político e a dimensão socioeconômica, enquanto inserida em uma sociedade em contínuo movimento de transformação;
- ⑩ desenvolver uma política de permanência do profissional na instituição em que ele atua;
- ⑩ fornecer elementos para a avaliação, reformulação e criação de cursos de formação de profissionais da educação;
- ⑩ resguardar o direito do profissional da educação e do trabalhador da educação, de intervir na definição das políticas de sua formação, inclusive através de suas organizações sindicais. (Anfope, 1998, p. 36)

Uma outra perspectiva que foi desenvolvida pela Anfope, em especial, no seu VIII Encontro Nacional, foi a concepção de “redes de alternativas” e/ou “alternativas de redes”, com a ideia de construção de rede de saberes e de ações para a formação dos profissionais da educação (Anfope, 1996, p. 19-23). Para a Anfope (1996, p. 20): “A ideia de rede se constrói a partir de alguns princípios básicos: o de articulação, o de corresponsabilidade e o de movimento”. Além disso, considera que: “Esses princípios não são, assim, somente as estratégias para a formação, mas constituem seu conteúdo, forma e metodologia” (Anfope, 1996, p. 20).

Ainda, no mesmo documento, a Anfope (1996, p. 21) assume, por um lado, que “[...] a base comum nacional é o fio inicial de construção das possíveis redes de formação dos profissionais da educação e é no seu próprio processo de construção permanente que vão sendo construídas redes de propostas alternativas de currículo ao modelo centralizador e hierarquizado proposto pelo governo”. E, por outro, que as redes podem ser “[...] percebidas como novas possibilidades de alternativas de redes de formação” (Anfope, 1996, p. 21).

Destacamos, também, que a Anfope (1998) retoma, de forma mais adensada, a Base Comum Nacional (BCN), consolidando-a, em seus princípios.

E, no XV Encontro (Anfope, 2010), podemos observar que o mesmo acontece, ao indicar as seguintes diretrizes curriculares ou princípios norteadores:

- ⑩ *sólida formação teórica e interdisciplinar* sobre o fenômeno educacional e seus fundamentos históricos, políticos e sociais, bem como o domínio dos conteúdos da educação básica, de modo a criar condições para o exercício da análise crítica da sociedade brasileira e da realidade educacional;
- ⑩ *unidade entre teoria/prática* atravessando todo o curso e não apenas a prática de ensino e os estágios supervisionados, de modo a garantir o trabalho como princípio educativo na formação profissional;
- ⑩ *trabalho coletivo e interdisciplinar* como eixo norteador do trabalho docente;
- ⑩ *compromisso social do profissional da educação*, com ênfase na concepção sócio-histórica da leitura do real e nas lutas articuladas com os movimentos sociais;
- ⑩ *gestão democrática* entendida como superação do conhecimento de administração enquanto técnica e compreendida como manifestação do significado social das relações de poder reproduzidas no cotidiano escolar;
- ⑩ *incorporação da concepção de formação continuada* visando ao aprimoramento do desempenho profissional aliado ao atendimento das demandas coletivas da escola;
- ⑩ *avaliação permanente* dos cursos de formação dos profissionais da educação, como responsabilidade coletiva a ser conduzida à luz do projeto político-pedagógico de cada curso/instituição. (Anfope, 2010, p. 15-16)

Em geral, os documentos dos Encontros Nacionais da Anfope recuperam a luta histórica dessa entidade científica e buscam reflexões e ações neste movimento de elucidar as políticas e reformas brasileiras em seus múltiplos momentos. Em especial, a partir da LDB 9.394/96 (Brasil, 1996) e de outros desdobramentos histórico-sociais e políticos que a Anfope teve forte participação, como, por exemplo:

a) Nas grandes Conferências Nacionais de Educação (Coneb<sup>4</sup>, 2008; Conae<sup>5</sup>, 2010, 2014, e Conape<sup>6</sup>, 2018, até a Conae<sup>7</sup>, de 2024), que ocorreram em Brasília, após mobilizar estados e municípios. Destaca-se, aqui, que as Conferências são articuladas e coordenadas pelo Fórum Nacional de Educação (FNE), com a participação da Anfope e de outras entidades científicas, sindicais e de movimentos sociais. E, neste sentido, observa-se que a Anfope teve presença ativa nas várias regiões brasileiras, no âmbito das conferências estaduais e a distrital, assim como participou das conferências municipais até chegar às conferências estaduais e às nacionais;

b) No processo de discussão e elaboração dos Planos Nacionais de Educação (2014-2024 e 2024-2034), com o objetivo de se criar um Subsistema Nacional de Formação e Valorização dos Profissionais de Educação, articulado com o Sistema Nacional de Educação; assim como esteve e está presente nos Fóruns Estaduais para acompanhar e avaliar os Planos Estaduais e Municipais de Educação, decorrentes dos Planos Nacionais de Educação;

c) Mais especificamente, em relação à *formação inicial*, a Anfope (2021, 2023, 2025) tem procurado colocar, em pauta, a discussão sobre o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID e as propostas de Residência Pedagógica, indicando suas contribuições relevantes para a formação de professores. Entretanto, ressalta que os programas acabam por envolver poucos estudantes, ou seja, são restritos a alguns grupos específicos. A luta da Anfope é no sentido de que esses programas possam se tornar políticas de Estado e serem de acesso a todos/as licenciandos/as;

---

<sup>4</sup>Coneb significa “Conferência Nacional de Educação Básica” (2008), cujo tema central versou sobre a construção do Sistema Nacional Articulado de Educação (segundo mandato do governo Lula – 2007-2011).

<sup>5</sup>Conae 2010 e 2014 são as Conferências Nacionais de Educação. A Conae 2010 ocorreu de 28 de março a 1º de abril de 2010, e teve como tema: “Conae: Construindo o Sistema Nacional Articulado: o Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação”. E a Conae 2014, de 19 a 23 de novembro de 2014, apresentou como tema: “O PNE na Articulação do Sistema Nacional de Educação: participação popular, cooperação federativa e regime de colaboração” (durante o governo Dilma, 2011-2016).

<sup>6</sup>Conape é a Conferência Nacional Popular de Educação que ocorreu em 2018, tendo em vista que o Decreto executivo, de 26 de abril de 2017, assim como a Portaria n. 577, de 27 de abril de 2017, respectivamente, desconstruíram o calendário da Conae 2018. O que desconstruiu, também, o Fórum Nacional de Educação (FNE). A Conape ocorreu, então, de 24 a 26 de maio de 2018, sob orientação do Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE).

<sup>7</sup>Conae 2024 foi a última das Conferências, e foi convocada em caráter extraordinário pela Presidência da República por meio do Decreto Presidencial n.11.697/2023. Teve como tema o “Plano Nacional de Educação 2024-2034: Política de Estado para garantia da educação como direito humano com justiça social e desenvolvimento socioambiental sustentável”.

d) Quanto à Educação a Distância (EaD), a Anfope (2021, 2023, 2025) continua a reafirmar que defende que a formação seja prioritariamente presencial e que os cursos em EaD possam ser avaliados. E, neste sentido, que sejam revistas as formas de regulação e controle, estabelecendo limites aos modelos mercantilistas, que estão vinculados ao capital internacional;

e) Em relação à *formação continuada*, a Anfope (2012, 2018, 2025) entende que é preciso assegurar uma política de formação continuada, que dê apoio ao trabalho docente, no sentido de que ela possa articular as ações formativas entre as instituições formadoras, os sistemas de ensino e as escolas de educação básica. Além disso, a Anfope (2012, 2014, 2016, 2018, 2025) compreende que não se trata de organizar e executar cursos rápidos, para resolver situações emergenciais. Entretanto, é urgente e necessário que as ações formativas tenham conexão com os projetos político-pedagógicos das escolas em parcerias com as universidades. Ou seja, que a formação continuada possa ser compreendida de forma integrada entre os locais de formação, os sistemas de ensino e as escolas de educação básica. Segundo a Anfope (2021, p. 36): “A formação continuada visa à reelaboração de conhecimentos a partir da análise crítica do real, dos saberes, das técnicas, das atitudes, da ética e do ato pedagógico; enfim, iniciativas necessárias ao exercício da atividade docente, definidas, portanto, pelo movimento da práxis”;

f) Quanto à *valorização profissional dos/as profissionais da Educação* – a Anfope (2018, 2021, 2023, 2025) considera que essa valorização tem que ser tratada como *carreira docente, remuneração e condições de trabalho e de saúde para o exercício da profissão*. Nesta direção, posiciona-se, indicando, primeiro, que o Estado deve garantir diretrizes para os planos de carreira, que incluam, em especial, os incentivos à dedicação exclusiva a uma escola. Tal aspecto tem sido negligenciado por vários motivos; pois, há uma tendência em se admitir que os/as professores/as trabalhem em várias escolas. Entretanto, sabemos que há problemas de deslocamentos, uma carga intensiva e fragmentada de trabalho, o que vem a comprometer problemas na alimentação, no descanso e no cumprimento dos horários, ocasionando, muitas vezes, problemas de estresse. Neste caso, os/as docentes acabam, muitas vezes, ausentando-se das aulas por problemas de saúde, relacionados a questões psicológicas, problemas

referentes à voz e/ou outros distúrbios de saúde. Tais problemas acarretam também prejuízos na construção de vínculos com as escolas e integração com as equipes escolares. E tudo isso vem intensificar as dificuldades dos estudantes em sua aprendizagem, em especial, daqueles que são mais carentes de conhecimento, pois a Escola seria o único espaço social e de aprendizagem que eles têm acesso.

Nesta linha de *resistência*, também, há outros aspectos que precisam ser contemplados, como, por exemplo, no penúltimo Encontro Nacional de 2023, a Anfope destacou a importância de se revogar a Resolução CNE/CP n. 2/2019, que diz respeito à BNC-Formação Inicial (Brasil, 2020a), e a Resolução CNE/CP n. 1/2020, que se refere à BNC-Formação Continuada (Brasil, 2020b). Ou seja, as duas Resoluções apresentam a formação inicial e continuada de forma desintegrada, e isso se diferencia, substancialmente, da proposta de integração/articulação que está desenvolvida pela Resolução CNE/CP n. 2/2015 (Brasil, 2015), a qual foi revogada apesar de ter sido aceita pelos movimentos educacionais, em especial, das entidades científicas. Segundo documento da Anfope (2023), essas resoluções (2019/2020) apresentam um grande retrocesso para as políticas de formação docente, porque ferem “os princípios da base comum nacional construída coletivamente” (Anfope, 2023, p. 24). Neste sentido, será necessário, de forma coletiva, “buscar as formas de resistência propositiva à BNC da Formação inicial e da BNC da Formação continuada” (Anfope, 2023, p. 24).

É preciso destacar, ainda, que, em 2024, a Resolução CNE/CP n. 2/2019 (Brasil, 2020a) e a Resolução CNE/CP n. 1/2020 (Brasil, 2020b) foram revogadas pela Resolução CNE/CP n. 4/2024 (Brasil, 2024b). Todavia, a Anfope (2024) se posicionou contra as ideias lançadas pelo Parecer (Brasil, 2024a), que deu origem a esta Resolução (Brasil, 2024b), em uma Nota técnica, de abril de 2024 (Anfope, 2024). Diante desse momento, contra-argumentou que se trata, dentre outros aspectos, de uma reflexão frágil sobre a “prática como componente curricular”; pois, para a Associação, a prática se baseia na: “unidade teoria e prática atravessando todo o curso e não apenas a prática de ensino e os estágios supervisionados, de modo a garantir o trabalho como princípio educativo na formação profissional” (Anfope, 2023, p. 21).

Diante desse breve mapeamento, em um período que vai de 1990 a 2025, é necessário esclarecer, mais uma vez, que a Anfope vem mostrando mecanismos de resistência, a partir de suas lutas históricas de enfrentamento aos desafios e retrocessos postos pelas políticas educacionais; mas também delinea suas proposições no sentido de avançar e superar esses desafios.

Dentre os mecanismos de resistência, a Anfope, no Documento Final de seu XXII Enanfope, sinaliza questões em torno da implementação de políticas que favorecem a iniciativa privada no setor educacional e provocam uma série de problemas, tais como: a intensificação dos processos de precarização do serviço público; centralização, padronização e controle da gestão e do ensino, com ênfase nas avaliações externas; plataformização e a mercantilização do ensino, dentre outros aspectos (Anfope, 2025). Tais políticas desconsideram “[...] a necessidade de uma reflexão crítica sobre o papel do magistério na sociedade e sobre os desafios éticos, estéticos, político-sociais e culturais inerentes à prática educativa” (Anfope, 2025, p. 15).

A Anfope propõe, também, continuar na luta por uma formação de professores/as que considere as questões da diferença/diversidade e ambientais, e que repense os currículos, programas e práticas educativas, trazendo para a centralidade uma “[...] educação ambiental crítica, em uma perspectiva interdisciplinar socioambientalmente referenciada” (Anfope, 2025, p.43). Além disso, que essa formação se comprometa com a emancipação humana e a construção de uma sociedade mais justa na “construção de práticas pedagógicas inclusivas, colaborativas e centradas nas potencialidades dos sujeitos” (Anfope, 2025, p.45).

Nesta direção de compreender esses mecanismos de resistência e de proposição incorporados pela Anfope, apresentamos, a seguir, as matrizes conceituais de análise. Desenvolvemos, também, os procedimentos metodológicos referentes à pesquisa bibliográfica, em questão, colocando o acento, mais uma vez, no mapeamento realizado para cada um dos Encontros Nacionais da Associação.

## Das matrizes conceituais de análise aos procedimentos metodológicos

Este trabalho fundamenta-se, como mencionado, em princípios/conceitos da Anfope ao longo de sua história de lutas, frente aos embates das últimas políticas de formação docente (Brasil, 2020a, 2020b, 2024a, 2024b). Ao tratar desses embates políticos, orientamo-nos, para análise, nos referenciais teóricos bourdieusianos e moscovicianos.

Partimos da matriz conceitual de Bourdieu (1997, 1998a, 1998b, 1999, 2002), que se compõe de “[...] princípios/noções que estão nucleados na razão prática e na origem dos conceitos de *habitus*, de *campo* e de *capital*, entendendo a necessidade de se reconhecer a contribuição da representação que os agentes têm do real e como essa representação social pode transformar a realidade” (Abdalla, 2013, p. 109, grifos da autora).

É preciso destacar que, para Bourdieu (1998a, p. 349), o conceito de *habitus* poderia ser entendido como um “[...] sistema dos esquemas interiorizados que permitem engendrar todos os pensamentos, percepções e as ações caracterizadas de uma cultura”. Ainda, para o autor, *habitus* também significa “[...] um princípio gerador e unificador” (Bourdieu, 1997, p.21-22).

A noção de *campo* é entendida como um “*campo de forças*, cuja necessidade se impõe aos agentes que nele se encontram envolvidos, e como *campo de lutas*, no interior do qual os agentes se enfrentam [...] para a conservação ou transformação de sua estrutura” (Bourdieu, 1997, p. 50, grifos nossos). Dessa forma, entendemos “[...] a necessidade que os agentes têm do real e como essa representação pode transformar a realidade” (Abdalla, 2013, p. 109).

Também, chamamos a atenção para a noção de *capital*, em Bourdieu (1997), que pode ser entendido como capital econômico, cultural, social e simbólico. E, aqui, consideramos, em especial, o *capital simbólico*, que é:

[...] percebido de acordo com as categorias de percepção, os princípios de visão e de divisão, os sistemas de classificação, os esquemas classificatórios, os esquemas cognitivos, que são, em parte, produto da incorporação das estruturas objetivas do campo considerado, isto é, da estrutura de distribuição do capital no campo considerado. (Bourdieu, 1997, p. 149)

Na perspectiva do *capital simbólico*, traduzido pelos documentos do Enanfope (de 1990 a 2025), que foram analisados, mais os enfrentamentos da Anfope nos *campos de luta*, incorporando seu *habitus*, é que buscamos compreender os mecanismos de resistência e de proposição do movimento da Anfope. Entretanto, para além da matriz conceitual – *habitus, campo e capital* –, consideramos importante, também, refletir sobre as noções de *interesse, illusio, estratégia e representação*.

Partindo do sentido etimológico, conforme anuncia Abdalla (2013, p.118), “a palavra ‘interessante’ significa ‘estar em’ (grifos da autora), ter *interesse*”. Para Bourdieu (1997, p.139), seria o mesmo que: “[...] participar, admirar, portanto, que o jogo merece ser jogado e que os alvos engendrados no e pelo fato de jogar merecem perseguidos”. Interesse, conforme Abdalla (2013, p. 118), é também “[...] estar envolvido, é estar preso no jogo, é ter ilusão de jogar”. O que nos leva, ainda, à noção de ilusão (*illusio*), que, como enfatiza Bourdieu (1997, p. 139), trata-se de uma “[...] palavra latina que vem da raiz *ludus* (jogo)”. Neste sentido, esta noção - *illusio* - vem reforçar o sentido de interesse como um jogo social.

Por outro lado, consideramos importante levarmos em conta a noção de *estratégia*, que está atrelada às demais, e que Bourdieu (2002) a entende como uma ação prática inspirada pelos estímulos de uma determinada situação histórica. Para ele, a estratégia envolve um “[...] apostar (no sentido de empenhar-se) [...]” (Bourdieu, 2002, p. 196). O que significa, segundo Abdalla (2013, p. 119), “um arriscar-se no jogo da vida”. Além disso, Bourdieu (2002, p. 197) também enfatiza que a estratégia “visa limitar a insegurança que é correlativa da imprevisibilidade”.

Por último, levamos em conta também a noção de *representação*, que, para Abdalla (2013), inclui as noções anteriores e tantas outras relacionadas ao sistema complexo de relações simbólicas e não simbólicas. Como enfatiza Bourdieu (1998b, p. 129), é necessário reconhecer a “[...] contribuição dada à construção real pela representação que os agentes têm do real, e compreender, também, a real contribuição que a transformação coletiva da representação coletiva dá à transformação da realidade”.

Com Bourdieu (1997, 1998a, 1998b, 2002), seguimos uma *análise*

*relacional*, conforme a sua teoria de ação, como diria Abdalla (2013, p. 111), porque privilegiamos, aqui, “[...] uma leitura relacional dos diferentes pontos de vista que constituem o espaço das posições e das tomadas de posição, em um campo determinado de produção”. Buscamos, assim, revelar as relações da Anfope com o movimento social e político, na luta pelos interesses dos/as profissionais da educação, estabelecendo estratégias para enfrentar os desafios das políticas públicas educacionais.

Por outro lado, também, recorreremos a Moscovici (1978, 2005, 2012), para compreendermos, melhor, a noção de *representações sociais*, que é o conceito principal da teoria das representações sociais. É importante considerar, aqui, que Moscovici (1978, p. 49) afirma que: “[...] se uma representação social é uma *preparação para a ação*, ela não o é somente na medida em que guia o comportamento, mas, sobretudo, na medida em que remodela e constitui os elementos do meio ambiente em que o comportamento deve ter lugar” (grifos do autor).

Com efeito, procuramos entender quais seriam as *representações sociais* sobre a formação e a profissionalização docente, assim como a respeito da valorização dos profissionais da educação, que estariam por detrás dos documentos analisados. Trata-se aqui de compreender, conforme Moscovici (2005, p. 208), que as *representações sociais* “[...] são formadas através de influências recíprocas, através de negociações implícitas no curso das conversações, onde as pessoas se orientam para modelos simbólicos, imagens e valores compartilhados específicos”.

Esses “modelos simbólicos, imagens e valores”, para Bourdieu (1999, p. 229), estariam sendo sustentados por “estratégias de resistência, individual ou coletiva, ordinária ou extraordinária”, tendo em vista as “disposições” dos/as educadores/as, que constroem os movimentos da Anfope. Tais agentes sociais seguem seus princípios de luta e compartilham ações no sentido do enfrentamento das políticas de cunho neoliberal que permanecem ditando normas na Educação. Incorporam, assim, “disposições” e “expectativas que tendem a ajustar-se às possibilidades de ordem instituída” (Bourdieu, 1999, p. 229). Aqui, podemos pensar nas “resistências propositivas” que a Anfope assume e aposta ao enfrentar continuamente os conflitos gerados pelas políticas educativas e de formação docente.

Para compreender este *jogo*, ou melhor, este campo de lutas anfopeano no decorrer de sua história, buscamos também trazer as contribuições de Abdalla (2019), Lino (2019), Abdalla e Diniz-Pereira (2020) e Coimbra (2020). Esses textos discutem os estudos e/ou as pesquisas sobre as políticas de formação e valorização docente em tempos de crise (Abdalla, 2019), sob diferentes olhares e perspectivas (Abdalla; Diniz-Pereira, 2020). E, ainda, contribuem para refletirmos sobre os modelos de formação docente da educação básica (Coimbra, 2020) e o cenário atual da educação no Brasil (Lino, 2019).

Em relação aos *procedimentos metodológicos*, desenvolvemos uma análise documental dos dados da pesquisa bibliográfica, a partir de Cellard (2012), colocando o foco nos conceitos-chave e na lógica interna do texto, de modo a reconstituir um pouco da memória referente à história de lutas da Anfope.

Foi realizada, conforme Cellard (2012), uma análise dos documentos finais referentes aos Encontros Nacionais da Anfope, de 1990 a 2025, tecendo um exame do contexto social global das políticas educacionais anunciadas. Dessa breve contextualização social, destacamos as temáticas que eram mais frequentes e que deram pistas para a sua compreensão.

Neste sentido, o Quadro 1, a seguir, apresenta um resumo dos Encontros Nacionais (1990-2025), suas concepções, as questões e/ou orientações norteadoras e as proposições e/ou recomendações, como veremos a seguir.

**Quadro 1** – Mapeando a mobilização da Anfope<sup>8</sup>: das concepções às proposições

Encontros Nacionais	Concepções	Questões e/ou Orientações Norteadoras	Proposições/ Recomendações
<b>V Encontro Nacional Conarcfe Criação da Anfope</b> 1990 Belo Horizonte MG	<b>Base Comum Nacional (BCN):</b> <b>Eixos curriculares:</b> - Relação teoria/prática - Compromisso social, democratização da escola e dos conteúdos - Trabalho coletivo e interdisciplinar	<b>Acompanhamento da Base Comum Nacional:</b> - Cria-se um dilema entre a necessária flexibilidade de uma base comum que não se expressa em disciplinas, e a possibilidade de seu uso inadequado.	<b>Recomenda-se que se tenha uma:</b> - Perspectiva construtiva e não repressiva, criando fóruns permanentes de avaliação institucional com uma metodologia aberta e responsiva.
<b>VI Encontro Nacional Anfope</b> 1992 Belo Horizonte MG	<b>Princípios gerais:</b> - Formação contextualizada e valorização dos profissionais da educação - Compromisso com a qualidade de ensino;	<b>Dificuldades e limites:</b> - Fragmentação nas Faculdades de Educação;	<b>Recomenda-se que a Anfope procure:</b> - Articular-se com as licenciaturas no sentido de analisar a proposta de

<sup>8</sup>O mapeamento foi realizado a partir do V Encontro, que foi o último ano sob coordenação da Comissão Nacional de reformulação dos Cursos de Formação do Educador, que ficou no período de 1983 a 1990, e quando foi criada a Anfope, conforme já foi mencionado.

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Necessidade da gestão democrática da escola em todos os níveis e esferas;</li> <li>-Autonomia universitária;</li> <li>-Trabalho interdisciplinar.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Busca da integração, pesquisa, ensino e extensão;</li> <li>- Condições de trabalho docente;</li> <li>- Estágio como atividade integradora.</li> </ul>	<p>escola única e seus desdobramentos;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Examinar as políticas de formação docente, posicionando-se diante das mesmas.</li> </ul>
<p><b>VII Encontro Nacional Anfope</b> 1994 Niterói RJ</p>	<p><b>Princípios gerais:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Proposta de escola única de formação</b> para desenvolver a <b>BCN</b>;</li> <li>- <b>Formação inicial</b> - que irá habilitar o profissional;</li> <li>- <b>Formação continuada</b> - proporcionando novas reflexões sobre a ação profissional e para desenvolver o trabalho pedagógico.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>A formação docente deve sustentar-se em um Projeto Político-Pedagógico</b>, destacando             <ul style="list-style-type: none"> <li>- A necessidade de programas de capacitação, e atualização didático-pedagógica;</li> <li>- O financiamento de pesquisa;</li> <li>- A garantia de condições de trabalho ao professor.</li> </ul> </li> </ul>	<p><b>Como proposições:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Luta pela construção de uma escola pública de qualidade, na ótica de cidadania;</li> <li>- Integração permanente entre as instituições formadoras e as entidades organizadas dos trabalhadores de educação e demais entidades da área educacional.</li> </ul>
<p><b>VIII Encontro Nacional Anfope</b> 1996 Belo Horizonte MG</p>	<p><b>Base Comum Nacional (BCN)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Concepção de <b>gestão democrática</b>, por meio de:             <ul style="list-style-type: none"> <li>- Políticas governamentais;</li> <li>- Prática pedagógica e cotidiana;</li> <li>- Prática política coletiva;</li> <li>- Prática de pesquisa na educação;</li> <li>- Prática do trabalho pedagógico na organização escolar.</li> </ul> </li> </ul>	<p><b>Questão organizativa:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Construção de uma <b>política</b>, no âmbito institucional, vinculada organicamente ao <b>Sistema Público de Ensino</b>, bem como a uma <b>Política Nacional de Formação dos Profissionais de Educação</b>, que necessariamente deverá ser incluída no <b>PNE</b>.</li> </ul>	<p><b>Propostas da Anfope:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Assumir a <b>BCN</b> como instrumento de luta contra a degradação da profissão;</li> <li>- As propostas alternativas de redes deverão ser redefinidas, pois dependem de políticas de formação continuada em parceria com as agências contratantes e outras.</li> </ul>
<p><b>IX Encontro Nacional Anfope</b> 1998 Campinas SP</p>	<p><b>Política Educacional global</b>, que contemple:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Formação básica, condições de trabalho e formação continuada;</li> <li>- Financiamento da educação básica e superior;</li> <li>- Recuperação da dignidade profissional do professor, com a definição do Plano de Carreira com piso salarial e jornada de trabalho;</li> <li>- <b>A organização curricular dos cursos de formação</b> deverá orientar-se pela BCN e pelas diretrizes curriculares.</li> </ul>	<p><b>Algumas questões:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Como responder aos desafios no campo da formação do profissional da educação? Que profissional pretendemos formar?</li> <li>- Como equacionar a complexidade da organização do trabalho escolar e as especificidades das áreas do conhecimento e seu tratamento didático-metodológico?</li> <li>- Como superar a divisão do trabalho escolar em uma perspectiva de autonomia?</li> </ul>	<p><b>Recomendações se repetem:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- A formação docente deve ser entendida como um <i>continuum</i>; possibilitar o uso articulado de tecnologias educacionais contemporâneas, e garantir a autonomia do professor com os conteúdos e materiais didáticos;</li> <li>- Os programas de educação a distância devem proporcionar formação cultural ampliada, que abra novos horizontes na atuação pedagógica.</li> </ul>
<p><b>X Encontro Nacional Anfope</b> 2000 Brasília DF</p>	<p><b>Reforço aos conceitos já introduzidos, tais como:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Valorização e profissionalização do magistério;</li> <li>- Formação inicial e continuada integradas;</li> <li>- Princípios da BCN;</li> <li>- Diretrizes curriculares.</li> </ul>	<p><b>Questões Organizativas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Como garantir a formação de qualidade?</li> <li>- Que princípios de formação devem ser balizadores da atuação profissional?</li> <li>- Qual a ética que orienta o exercício profissional?</li> </ul>	<p><b>Posições e Proposições:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Garantia do nível superior na formação do magistério;</li> <li>- Reconhecimento do valor da prática educativa, de modo a assegurar um processo formativo orgânico e unitário, tendo como diretriz a BCN.</li> </ul>

<p><b>XI Encontro Nacional Anfope 2002</b> Florianópolis SC</p>	<p><b>Princípios gerais defendidos:</b> - Concepção de docência como base da identidade profissional de todo educador. - Defesa de uma política global de formação dos profissionais da educação; - Organização institucional e curricular a partir da BCN; - Configuração das Licenciaturas face à nova legislação; - Formação dos profissionais da educação em serviço.</p>	<p><b>Questões Organizativas:</b> - A regulamentação das profissões; - Lutar contra as atuais Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores, aprovadas pela Res. CNE/CP 1/2002 e Res. CNE/CP 2/2002, que determinam a constituição de um "Sistema de Formação, Avaliação e Certificação Profissional baseado em competências", métodos de ensino centrados na avaliação e desempenho.</p>	<p><b>Proposições:</b> - Reafirmar o caráter de referência propositiva da Anfope, estabelecendo ações que propiciem a inovação e participação; - Fomentar a criação de grupos de pesquisa, linhas de discussão e estudos temáticos; - Melhorar a sistemática de comunicação e discussão da Anfope; - Empreender uma campanha contra a regulamentação da Profissão de Pedagogo.</p>
<p><b>XII Encontro Nacional Anfope 2004</b> Brasília DF</p>	<p><b>Teses da Anfope para a formação e valorização dos profissionais da educação:</b> - Política global de formação; - Concepção de docência; - BCN, que enfatiza e agrega os princípios já anunciados.</p>	<p><b>Questões Propostas:</b> - Questiona-se a descaracterização que se tem feito para o curso de Pedagogia, tendo em vista que trata de um profissional da Educação que entende o fenômeno educativo e que poderá atuar para além da docência em outros espaços e funções; - A regulamentação das profissões no campo da educação.</p>	<p><b>Encaminhamentos:</b> ⊗ Promover um Fórum de debate permanente sobre Educação a Distância, de modo a defender seu caráter público e democrático; - Favorecer o debate das questões teóricas, metodológicas e políticas que são pertinentes à formação e a valorização dos/as professores/as.</p>
<p><b>XIII Encontro Nacional Anfope 2006</b> Campinas SP</p>	<p><b>Princípios gerais do Movimento, acrescentando:</b> - Rejeição ao atual paradigma de formação docente; - Superar a tradicional divisão de disciplinas pedagógicas e específicas; - Diferentes propostas de organização curricular.</p>	<p><b>Questões e teses da Anfope</b> - A base do Curso de Pedagogias é a docência; - Regulamentação da profissão e avaliação docente; - Revisão das Diretrizes Curriculares de modo a garantir a formação e a gestão democrática.</p>	<p><b>Recomendações:</b> - Articular com as entidades da área; - Intervir nas políticas de contratação e de concursos públicos para profissionais da educação; - Mobilizar o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública.</p>
<p><b>XIV Encontro Nacional Anfope</b> A Anfope e os desafios de um Sistema Nacional de Formação de Profissionais da Educação 2008 Goiás/GO</p>	<p><b>Eixos temáticos:</b> - Fundamentos e princípios para a formação; - Construção de um Sistema Nacional de Formação dos Profissionais da Educação; - Apostas na política de formação e organização curricular.</p>	<p><b>Questões organizativas:</b> - A Anfope se dedica aos estudos e às práticas de formação e da valorização profissional; - Mobiliza-se mediante um movimento dialético, que precisa se repercutir nas Coordenações Regionais.</p>	<p><b>Proposições:</b> - Defender a educação como bem público e uma política educacional que atenda às necessidades populares, na luta pela democracia; - Construção de Sistema Nacional, em que estejam integradas a formação e a valorização dos profissionais da educação.</p>
<p><b>XV Encontro Nacional Anfope</b> Políticas de Formação Inicial e Continuada de Profissionais da Educação no</p>	<p><b>Temas tratados:</b> - Recuperando os 32 anos do Movimento dos Educadores e 20 anos de Anfope; - A ação coletiva das entidades de estudos e pesquisas em educação na Conae/2010;</p>	<p><b>Questões organizativas:</b> - A Anfope reafirma a parceria e articulação em rede com as Entidades da Educação; - Defesa da Escola pública para todos em todos os níveis;</p>	<p><b>Proposições:</b> - Sistema Nacional Articulado de Formação e Valorização dos Profissionais da Educação; - Elaboração de matrizes referenciais para o</p>

<p>contexto dos anos 2000 2010 Caldas Novas/GO</p>	<p>- O Decreto 6.755/2009 e o papel da Anfope nos Fóruns Permanentes de Apoio à Formação Docentes.</p>	<p>- Formação de qualidade em nível superior; - Extinção gradativa da formação docente em nível de ensino médio.</p>	<p>Concurso Nacional de Ingresso Docente; - Resguardar a autonomia de cada Ente e o Regime de Colaboração.</p>
<p><b>XVI Encontro Nacional Anfope</b> Políticas de Formação e Valorização dos Profissionais da Educação... 2012 Brasília DF</p>	<p><b>Eixos temáticos:</b> - Trajetória da Anfope e seus princípios frente às políticas de formação e valorização docente; - Anfope, o PNE e a construção de um Sistema (Subsistema) Nacional de Formação e Valorização; - A pesquisa “Observatório de Formação e valorização docente” (Parfor).</p>	<p><b>Questões Organizativas:</b> - Fortalecimento das relações acadêmicas e de parceria em rede em defesa da escola pública; - Ações pactuadas por meio de proposta firmada com a Secretaria de Articulação e com os sistemas de ensino, visando a estabelecer uma Agenda Comum.</p>	<p><b>Recomendações:</b> - A continuidade da Pesquisa “Observatório de Formação e Valorização Docente”, desenvolvida pelo Núcleo de Pesquisa da Anfope (Nupanfope); - Mobilização da Anfope a fim de promover os encontros estaduais e regionais durante o período 2013-2014.</p>
<p><b>XVII Encontro Nacional Anfope</b> Políticas Nacionais de Formação no Sistema Nacional de Educação/Base Nacional Comum para a Educação... 2014 Brasília DF</p>	<p><b>Temas:</b> - Princípios da Anfope e a BCN na formação dos profissionais da educação; - Diretrizes para uma Política Nacional de Formação e valorização Profissional: desafios postos pelo PNE; - ABC para a Educação Básica e os impactos na formação docente; - Proposições da Anfope no âmbito da política de formação dos profissionais da educação.</p>	<p><b>Questões Organizativas:</b> -Ações conjuntas com as entidades científicas, sindicais e organizativas representadas no FNE, buscando fortalecer um espaço em defesa e valorização da luta pela escola pública unitária, laica e gratuita; - Continuidade da Pesquisa Observatório de Formação e Valorização Docente (Nupanfope).</p>	<p><b>Proposições:</b> - Construir uma política nacional de formação e valorização dos educadores, de forma democrática e participativa; -Construir uma concepção emancipadora de educação e escola, articulada às necessidades sociais e ao desenvolvimento de uma sociedade justa, igualitária e inclusiva.</p>
<p><b>XVIII Encontro Nacional Anfope</b> Políticas de Formação e Valorização dos profissionais da Educação 2016 Goiás/ GO</p>	<p><b>Temas:</b> - Anfope: histórico, trajetória e lutas; - A construção do golpe e o processo de <i>impeachment</i>; - Os impactos do golpe na política de formação e valorização do magistério; - Anfope e o movimento de resistência e luta frente às políticas de formação e valorização;</p>	<p><b>Questões Organizativas:</b> - Aprofundar estudos a respeito dos cursos de formação de professores a distância; - Problematizar a existência do Curso Normal; - Colocar em pauta as relações étnico-raciais, de raça/etnia e gênero.</p>	<p><b>Proposições</b> - Reformular o Estatuto da Anfope, para efetivar atualizações visando os rumos das políticas; - Propor a criação de observatório de pesquisas sobre a carreira do professor; - Promover ações organizativas de articulação, mobilização, resistência e luta.</p>
<p><b>XIX Encontro Nacional Anfope</b> Políticas de Formação e Valorização dos profissionais da Educação; (Contra) Reformas e Resistências 2018 Niterói RJ</p>	<p><b>Temas discutidos:</b> - Anfope e sua trajetória de lutas; - Anfope e o atual cenário educacional: a articulação nas Conferências Nacionais de Educação; -As conquistas do permanente processo de luta pela educação em prol da Res. 2/2015 e DCN da Educação Básica; - A BNCC e Reforma do Ensino Médio; - Escola sem partido e a militarização das escolas.</p>	<p><b>Questões Organizativas:</b> - Problematizar a criação intensiva das licenciaturas nos Institutos Federais; -Posição frente aos mestrados profissionais; - Criação de cursos de licenciaturas de caráter técnico-prático; - Retomar a discussão sobre a EaD; - Revogação da BNCC, da Lei sobre Ensino Médio.</p>	<p><b>Proposições:</b> - Defender a imediata implementação da Resolução n. 2/2015; - Promover estudos sobre a organização de Subsistema Nacional de Formação e de Valorização; - Enfrentar e combater a política de avaliação dos professores; - Repudiar cortes orçamentários que atingem a educação e a ciência e tecnologia.</p>

<p><b>XX Encontro Nacional Anfope</b> Política de Formação e Valorização dos Profissionais da Educação: resistências propositivas à BNC da Formação 2021 RJ</p>	<p><b>Temas discutidos:</b> - Anfope: seu histórico e suas lutas; - Análise da conjuntura nacional; - Anfope e os princípios da formação docente; - Anfope e a luta por uma política nacional de formação e valorização dos profissionais da educação; - Defesa intransigente da BCN como orientadora dos currículos dos cursos de licenciatura.</p>	<p><b>Questões Organizativas:</b> - Situação de calamidade sanitária decorrente da pandemia (covid-19), desmontes das políticas educacionais; - Alterações no Estatuto da Anfope: ampliação da participação dos associados; - Boletim da Anfope; - Revista Formação em Movimento.</p>	<p><b>Proposições:</b> - Defesa intransigente da base comum nacional como orientadora da construção curricular das licenciaturas; - Revogação da Res. CNE/CP n. 2/2019 e n. 1/2020; - Repúdio à definição de matrizes curriculares que padronizam os processos formativos (BNCC); - Luta contra o movimento da Escola sem Partido; - Defesa da ciência, da pesquisa e da universidade.</p>
<p><b>XXI Encontro Nacional Anfope</b> Por uma política Nacional de Formação e Valorização dos Profissionais da Educação 2023 Brasília/DF</p>	<p><b>Temas discutidos:</b> - Análise da conjuntura nacional: o enfrentamento do neoliberalismo - Anfope e a atualidade dos seus princípios da formação docente; - Anfope e a luta por uma Política Nacional de Formação e Valorização dos Profissionais da Educação no momento atual: Curso de Pedagogia, a extensão na formação docente e a formação de professores do campo; - Luta da Anfope contra a padronização da BNCC; - Diretoria eleita para o biênio 2023-2025.</p>	<p><b>Questões Organizativas:</b> - Proposta de curricularização da extensão universitária se apoia na defesa de uma educação emancipatória e em uma Universidade como local de teorias e práticas reveladoras da sociedade e do Estado; - Que profissionais estamos formando? Que currículo está sendo oferecido ou imposto aos estudantes? A quem a Universidade vem servindo ou continua a servir?</p>	<p><b>Proposições:</b> - Fortalecimento de espaços permanentes de discussão, acompanhamento e proposição da Política Nacional de Educação; - Relevância dos Fóruns Permanentes de Formação e Valorização dos Profissionais da Educação; - Criação do Subsistema Nacional de Formação de Professores integrado ao Sistema Nacional de Educação; - Posicionamento contrário à atual política de cunho neoliberal.</p>
<p><b>XXI Encontro Nacional Anfope</b> 39 Anos da Carta de Goiânia: momento de celebrar conquistas e enfrentar desafios 2025 Goiânia/GO</p>	<p><b>Temas discutidos:</b> - Análise da conjuntura - Política de formação e valorização profissional - Posicionamento da Anfope: programas de formação; novo ENADE; Programa Mais Professor; a Prova Nacional Docente; Controle e regulação do Estágio; -Privatização, militarização, mercantilização, plataformização, financeirização, neotecnicismo, padronização e avaliação, controlando e expropriando o trabalho docente; - Projeto Anfopeano de Formação.</p>	<p><b>Proposições:</b> - <b>Considerações para um projeto de formação:</b> Ⓣ Indissociabilidade entre formação inicial e continuada; Ⓣ Autonomia das universidades/Institutos federais; Ⓣ Valorização da carreira e da profissão docente; Ⓣ Participação democrática na formulação das políticas educacionais.</p>	<p><b>Outras Proposições:</b> Ⓣ Parceria entre Universidade/Institutos federais, redes de ensino e escolas em defesa da formação docente; Ⓣ Respeito às diferenças e diversidades em uma formação articulada com o Subsistema Nacional de Formação e Valorização dos Profissionais de Educação; Ⓣ Orçamento da Educação; Ⓣ Regulamentação e controle da EaD, estabelecendo limites aos modelos mercantilistas, vinculados ao capital internacional.</p>

Fonte: elaborado pela autora com base nos documentos da Anfope referentes aos Encontros Nacionais (1990-2025).

A partir desse mapeamento, tecemos, primeiro, uma análise dos documentos finais dos Encontros Nacionais da Anfope (1990-2025), e discutimos, também, os informes da Anfope que foram realizados com a aprovação da BNCC (Brasil, 2017), depois com a BNC-Formação Inicial (2020a), a BNC-Formação Continuada (2020b), e os documentos em defesa da Res. 2/2015 (Brasil, 2015) e sobre o Parecer CNE/CP n. 4/2024 (Brasil, 2024a; Anfope, 2024). Depois, tratamos de estabelecer relações entre os dados obtidos e os referenciais teóricos mencionados.

Nesta perspectiva, desenvolvemos a análise de conteúdo (Bardin, 1977), seguindo as etapas propostas: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. A partir disso, redimensionamos os dados tratados em duas categorias de análise: os *mecanismos de resistência* e as *proposições da Anfope*. Tais categorias serão analisadas e discutidas a seguir.

## Análise e discussão dos resultados

Para delinear os *mecanismos de resistência* e as *proposições da Anfope*, por meio da análise de conteúdo (Bardin, 1977), organizamos os dados em duas categorias de análise, conforme o Quadro 2, a seguir.

**Quadro 2** - Das Categorias de Análise e suas Unidades de sentido

Categorias de Análise	Mecanismos de Resistência	Unidades de Sentido
		Luta da Anfope contra a BNCC (1ª Unidade de Sentido)
		Oposição à Escola sem partido, à militarização e à privatização das escolas públicas (2ª Unidade de Sentido)
		Combate à política de avaliação de professores/as (3ª Unidade de Sentido)
		Luta contra as políticas e programas que evidenciam uma dissociação entre a formação inicial e continuada e defendem a valorização docente (4ª Unidade de Sentido)
	Proposições da Anfope	Formação inicial e continuada integradas (1ª Unidade de Sentido)
		Valorização dos/as profissionais da educação (2ª Unidade de Sentido)
		Incorporação dos princípios da BCN nas DCN (3ª Unidade de Sentido)
		Política de formação inicial e continuada (4ª Unidade de Sentido)

Fonte: elaborado pela autora a partir da pesquisa bibliográfica dos documentos da Anfope.

As categorias de análise – *Mecanismos de Resistência e Proposições da Anfope* – são discutidas por meio das unidades de sentido referentes a cada uma delas. Sendo assim, na *primeira* categoria de análise – *Mecanismos de Resistência* – situamos, como unidades de sentido:

1ª *Luta da Anfope contra a BNCC* – que está presente nos documentos-referência da Anfope (2016, 2018, 2021, 2023 e 2025), como enfrentamento às ameaças à formação e valorização docente. Neste sentido, a Anfope reforça que a BNCC: a) fragiliza a autonomia; b) despreza o direito às diferenças e ameaça o pluralismo de ideias e de concepções político-pedagógicas; c) enfatiza o conteudismo, a disciplinarização e o controle – a padronização curricular, que tem como fundamentos o lema “avaliar e punir”; d) promove a mercantilização da educação; e) reduz a avaliação a processos externos, baseados em ranqueamentos das instituições, fortalecendo avaliações censitárias nacionais e em larga escala; e f) contrapõe-se a uma *formação pelas competências*, que está vinculada ao modelo de política econômica neoliberal;

2ª *Oposição à Escola sem partido, à militarização e à privatização das escolas públicas* – essas temáticas vêm sendo discutidas em vários documentos finais da Anfope (2018 a 2025), pois ameaçam a democracia e “[...] autonomia do professorado, sua atuação, sua liberdade de ensinar e aprender e o direito à educação de crianças e jovens” (Anfope, 2018, p. 31). A Anfope (2025) também denuncia alguns exemplos que são reforçados nos dias de hoje, como: a privatização das Escolas Públicas Estaduais; a criação ou a transformação de escolas públicas em escolas cívico-militares (Estado de São Paulo); e a gestão escolar privada nas escolas públicas (Estados do Paraná e Goiás).

3ª *Combate à política de avaliação de professores/as* – também presente nos documentos analisados, “com critérios de desempenho vinculados à lógica meritocrática (Prova Nacional de Concurso para o Ingresso nas Carreiras Docentes)” (Anfope, 2021, p. 13), e que “institui progressão em decorrência dos resultados dos exames e das notas dos estudantes” (Anfope, 2018, p. 29). Ainda problematiza a retomada da proposição da Prova Nacional Docente (PND), prevista no Programa Mais Professor, como “ferramenta de seleção”, e como “medida paliativa que não resolve problemas profundos relacionados à formação e à valorização profissional dos/as professores/as” (Anfope, 2025, p. 50);

*4º Luta contra as políticas e programas que evidenciam uma dissociação entre a formação inicial e continuada e não defendem a valorização docente* (4ª Unidade de Sentido) - A Resolução CNE/CP n. 2 (Brasil, 2019) e a Resolução CNE/CP nº 1/2020 (Brasil, 2020), já revogadas, assim como a Resolução CNE/CP 04/2024 (Brasil, 2024b), exemplificam, como aponta o documento da Anfope (2025), uma abordagem fragmentada de formação, que se enquadra nos ditames da BNCC (Brasil, 2017) e que se orienta por uma lógica de padronização da formação. Nesta lógica, aponta a Anfope (2025), enquadram-se: a “Bolsa Pé-de-Meia Licenciaturas”, que oferece incentivos financeiros a estudantes de licenciatura, visando a diminuir a evasão nos cursos e estimular a opção pelo magistério, desconsiderando as desigualdades estruturais, e não atendendo às demandas de valorização docente. Nesta linha de pensamento, a Anfope (2025, p. 50) sinaliza, também, para o “Programa Mais Professor”, tratando-o como “[...] um modelo de formação docente alinhado ao empreendedorismo educacional, outro fator preocupante na formulação de políticas”. E quanto à *valorização profissional*, a maioria dessas políticas e/ou programas não a defendem, pois não indicam a necessidade de se garantir: condições de formação inicial e continuada, planos de carreira, piso salarial e condições adequadas para o trabalho docente.

Consideramos que essas quatro unidades de sentido reforçam os *mecanismos de resistência* às políticas públicas educacionais e de formação de professores, colocando, em debate, as representações sociais dos membros da Anfope sobre o que pensam a respeito da formação e profissionalização de professores e sobre a valorização docente.

Na *segunda* categoria de análise – *Proposições da Anfope* – destacamos as seguintes unidades de sentido:

*1ª Formação inicial e continuada integradas* – entendida como processo permanente, e que “articule as instituições de educação básica e superior”, o que “requer um debate mais aprofundado no âmbito do planejamento da política nacional de formação de profissionais da educação básica” (Anfope, 2016, p. 33). E que a “formação inicial, sempre presente e em nível superior, e a continuada devem ser examinadas de forma contextualizada” (Anfope, 2018, p. 13). Nesta perspectiva, a política de formação inicial e continuada “deve se efetivar a partir de uma concepção político-pedagógica, que assegure a

articulação entre teoria e prática, entre pesquisa e a extensão e com a valorização da carreira do profissional da educação” (Anfope, 2018, p. 39);

2ª *Valorização dos/as profissionais da educação* – inclui as condições de trabalho e de remuneração. Para isso, a Anfope (2016, p. 33) propõe “desvincular a remuneração dos professores aos resultados da avaliação e desempenho dos alunos nos testes próprios nacionais”, que coloca em risco a carreira do magistério e fragiliza o estatuto profissional docente. Além disso, lutar junto com outras entidades e sindicatos para que se amplie o comprometimento dos governos, sistemas e gestores públicos no pagamento do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) e na implementação de planos de carreira, cargo e remuneração, e em programas de formação continuada, que valorizem efetivamente os/as profissionais da educação básica e superior;

3ª *Incorporação dos princípios da BCN nas DCN* – que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada de Profissionais do Magistério da Educação Básica possam incorporar os princípios da Base Comum Nacional (BCN), que se opõem à BNCC, e que já estavam consolidados na Resolução CNE/CP n.2/2015 (Brasil, 2015), defendida pela Anfope e outras entidades científicas. Como anuncia a Anfope: “São os princípios da BCN que dão ancoragem epistemológica e prática aos currículos de formação de professores” (Anfope, 2018, p. 22). Tais princípios estão marcados por dois sentidos complementares: um *teórico*, que se constitui como um “conjunto de princípios orientadores dos percursos formativos e currículos dos cursos de formação dos educadores” (Anfope, 2021, p. 27); e outro, *político*, que “tem por objetivo servir de instrumento de luta e resistência contra a degradação da profissão [...]” (p. 28). Além disso, o debate em torno dos princípios da BCN possibilita-nos “apreender de maneira crítica a dimensão teórico-pedagógica; assim como o seu papel de resistência contra as políticas educacionais conservadoras e impositivas em relação à formação de professores [...]” (Anfope, 2023, p. 28);

4ª *Política de formação inicial e continuada* - precisa se efetivar a partir de uma “concepção político-pedagógica, que assegure a articulação entre teoria e prática, entre pesquisa e a extensão e com a valorização da carreira do profissional da educação” (Anfope, 2018, p. 39). E que esta procure colocar, em

prática, as diretrizes nacionais para a formação, a remuneração, a carreira e as condições de trabalho, que traduzam, concretamente, a meta de valorização de todos/as profissionais da educação; inclusive, respeitando as especificidades dos projetos de formação dos/as professores/as indígenas, quilombolas, do campo, de comunidades itinerantes (Anfope, 2018, p. 39). Além disso, esta Política deverá se vincular ao ensejado “Subsistema Nacional de Formação e Valorização dos Profissionais da Educação”, que, por sua vez, deverá integrar ao “Sistema Nacional de Educação” (Anfope, 2016, p. 40). Nesta perspectiva, os documentos-referências da Anfope (1996, 2008, 2016, 2018, 2021, 2023, 2025) colocam em discussão, como mencionado, as políticas educacionais e as de formação de professores/as.

Ao delinear cada um dos aspectos, aqui retratados, seja indicando os *mecanismos de resistência* ou as *proposições* da Anfope, foi possível refletir, conforme Bourdieu (1997, 1998a, 1998b, 1999, 2002), sobre o *corpus* representado por esta entidade, reafirmando que existe e/ou se desenvolve um *habitus* de lutas, que se traduz por resistências e proposições no enfrentamento das políticas públicas educacionais e de formação de professores.

Ainda, não podemos deixar de validar o *capital simbólico*, que essa entidade vai aprimorando em seu caminho. O que vem demonstrar, também, o *interesse* pela formação e valorização docente que a Anfope sustenta no cenário da Educação, os momentos de *ilusão* (*illusio*) por que passa, e as *estratégias* de luta para consolidar, muitas vezes, o que afirma como política educacional e de formação de professores/as, provocando diferentes *representações* e manifestações no cenário político e educacional.

Se, de acordo com Bourdieu (1997, 1998a, 1998b, 2002), indicamos as relações entre cada uma das unidades de sentido referentes às categorias elencadas, acabamos, também, conforme Moscovici (1978, 2005, 2012), por desvendar as *representações sociais* dos/as profissionais da educação no âmbito dos documentos de referência da Anfope.

Dessa forma, destacamos, primeiro, os *mecanismos de resistência* da Anfope contra a BNCC, em oposição à Escola sem partido, à militarização das escolas, à política de privatização e de avaliação; assim como, quando a entidade reforça a luta contra as políticas e programas, que evidenciam uma dissociação entre a formação inicial e continuada e pouco discutem a valorização

docente. E, depois, indicamos as *proposições da Anfope*, que assinalam representações sociais em torno da: formação inicial e continuada integradas; valorização dos/as profissionais da educação; incorporação dos princípios da BNC nas DCN; e a política de formação inicial e continuada.

## Considerações Finais

Consideramos que os resultados até aqui revelam, de um lado, disposições legais que regularizam e normatizam planos estratégicos para reforçar processos formativos fragilizados e de desvalorização profissional, estruturando um campo de poder desde a implementação até a avaliação dos resultados; e, de outro, uma história de lutas da Anfope no enfrentamento das políticas atuais, e renovando seus mecanismos de resistência e proposições.

Diante desse contexto, diria ainda Bourdieu (1998c, p. 19), é mais que “[...] urgente criar as condições de um trabalho coletivo de construção de um universo de ideais realistas, capazes de mobilizar as vontades, sem mistificar as consciências”. Pois, como destacaria Moscovici (2012, p. 426): “A luta das ideias, qualquer que seja sua forma, se não resolve sempre o que se propõe, responde necessariamente a um ideal de verdade do qual podemos algumas vezes nos afastar, mas nunca nos separar”.

É, neste sentido, que a Anfope vem se colocando enquanto entidade científica que luta, desde a sua criação, para a formação e a valorização dos profissionais da educação do Brasil.

Por fim, diante desse cenário de confrontações, há que se lutar por políticas de formação e valorização docente que garantam uma formação sólida, uma carreira profissional, salários justos, condições de trabalho e investimentos, sobretudo, quando se deseja uma educação digna, justa e de qualidade social.

---

## REFERÊNCIAS

ABDALLA, M. F. B. Representações sociais: aproximações /fronteiras entre Bourdieu e Moscovici. In: ENS, R. T.; VILLAS BÔAS, L. S.; BEHRENS, M. A.

(Orgs.). **Representações Sociais**: fronteiras, interfaces e conceitos. Curitiba: Champagnat; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2013, p. 109-136.

ABDALLA, M. F. B. O PNE e as políticas de formação e valorização docente em tempos de crise. In: LINO, L. A.; NAJJAR, J. (Org.). **Planos de Educação, Educação, Democracia e Formação**: desafios em crise. Curitiba: Appris, 2019, p. 39-59.

ABDALLA, M. F. B. Políticas, práticas, representações e identidades profissionais. **Projeto de Pesquisa/Edital Capes n. 16/22**. Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) – Pós-Doutorado Estratégico – Apoio aos Programas de Pós-Graduação emergentes e em consolidação. Universidade Católica de Santos. Capes: Brasília, 2022.

ABDALLA, M. F. B.; DINIZ-PEREIRA, J. E. Pesquisas sobre Formação de Professores: diferentes olhares, múltiplas perspectivas. **Formação em Movimento**, v. 2, i.2, n. 4, p. 336-359, jul./dez. 2020.

ANFOPE. **Documento Final do VIII Encontro Nacional da Anfope**. Belo Horizonte/MG, julho de 1996. Disponível em: <https://www.anfope.org.br/documentos-finais/>. Acesso em: 20 abr. 2020.

ANFOPE. **Documento Final do IX Encontro Nacional da Anfope**. Campinas/SP, de 03 a 06 de agosto de 1998. Disponível em: <https://www.anfope.org.br/documentos-finais/>. Acesso em: 20 abr. 2020.

ANFOPE. **Documento Final do XIII Encontro Nacional da Anfope**. Campinas/SP, de 16 a 18 de setembro de 2006. Disponível em: <https://www.anfope.org.br/documentos-finais/>. Acesso em: 20 abr. 2020.

ANFOPE. **Documento Final do XIV Encontro Nacional da Anfope**. Goiânia/GO, novembro de 2008. Disponível em: <https://www.anfope.org.br/documentos-finais/>. Acesso em: 20 abr. 2020.

ANFOPE. **Documento Final do XV Encontro Nacional da Anfope**. Caldas Novas/GO, 21 a 23 de novembro de 2010. Disponível em: <https://www.anfope.org.br/documentos-finais/>. Acesso em: 20 abr. 2020.

ANFOPE. **Documento Final do XVI Encontro Nacional da Anfope**. Brasília/DF, 25 a 27 de novembro de 2012. Disponível em: <https://www.anfope.org.br/documentos-finais/>. Acesso em: 20 abr. 2020.

ANFOPE. **Documento Final do XVII Encontro Nacional da Anfope**. Brasília/DF, 2014. Disponível em: <https://www.anfope.org.br/documentos-finais/>. Acesso em: 20 abr. 2020.

ANFOPE. **Documento Final do XVIII Encontro Nacional da Anfope**. Políticas de Formação e Valorização dos Profissionais da Educação: conjuntura nacional, avanços e retrocessos. Goiânia: ANFOPE/PUC-Goiás/EFPH, dez. 2016.

Disponível em: <https://www.anfope.org.br/documentos-finais/>. Acesso em: 20 abr. 2020.

ANFOPE. **Documento Final do XIX Encontro Nacional da Anfope**. Políticas de Formação e Valorização dos Profissionais da Educação: (contra) reformas e resistências. Niterói: UFF, 2018. Disponível em: <https://www.anfope.org.br/documentos-finais/>. Acesso em: 12 out. 2020.

ANFOPE. **Documento Final do XX Encontro Nacional da Anfope**. Políticas de Formação e Valorização dos Profissionais da Educação: resistências propositivas à BNC da Formação Inicial e continuada. Rio de Janeiro: UERJ, 2021. Disponível em: <https://www.anfope.org.br/documentos-finais/>. Acesso em: 12 out. 2020.

ANFOPE. **Documento Final do XXI Encontro Nacional da Anfope**. Por uma Política Nacional de Formação e Valorização dos Profissionais da Educação. Brasília: UnB, 2023. Disponível em: <https://www.anfope.org.br/documentos-finais/>. Acesso em: 08 set. 2023.

ANFOPE. **Nota da Anfope sobre o Parecer CNE/CP n. 4/2024**, abril 2024. Disponível em: [https://www.anfope.org.br/wp-content/uploads/2024/04/Nota-Anfope\\_correcao\\_final.pdf](https://www.anfope.org.br/wp-content/uploads/2024/04/Nota-Anfope_correcao_final.pdf). Acesso em: 22 jun. 2024.

ANFOPE. **Documento Final do XXII Encontro Nacional da Anfope**. 39 Anos da Carta de Goiânia: momento de celebrar conquistas e enfrentar desafios. Goiânia: PUC Goiás; UEG; UFG, maio de 2025. Disponível em: <https://www.anfope.org.br/documento-final-do-xxii-encontro-nacional-da-anfope/>. Acesso em: 20 jul. 2025.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1977.

BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 1997.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998a.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998b.

BOURDIEU, P. **Meditaciones pascalianas**. Barcelona: Editorial Anagrama, 1999.

BOURDIEU, P. **A produção da crença**: contribuição para uma economia dos bens simbólicos. São Paulo: Zouk, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº. 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF: MEC, 23 dez. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 15 out. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. **Resolução CNE/CP n. 2/2015**, de 1º de julho de 2015. Brasília, Diário Oficial da União, seção 1, nº 124, p. 8-12.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional. **Resolução CNE/CP nº 2**, de 22 de dezembro de 2017. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, Seção 1, pp. 41 a 44, 22 dez. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 2/2019**, de 20 de dezembro de 2019. Define as diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial de professores para a educação básica e institui a Base Nacional Comum para a formação inicial de professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília, Diário Oficial da União, Seção 1, 11 mar. 2020a, p. 87-90.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 1/2020**, de 27 de outubro de 2020. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação continuada de professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a formação continuada de professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada). Diário Oficial da União, Seção 1, 29 out. 2020b, p. 103.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP n. 4/2024**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, de formação pedagógica para graduados não licenciados e de segunda licenciatura). Diário Oficial da União, 27 de maio de 2024a, Seção I, p. 49.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP n. 4/2024**. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, de formação pedagógica para graduados não licenciados e de segunda licenciatura). Diário Oficial da União, Brasília, 3 de junho de 2024, Seção I, p. 26-29.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. *et al.* **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. 3ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2012, p. 295-316.

COIMBRA, C. L. Os modelos de formação de professores/as da educação básica: quem formamos? **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 45, n. 1, e91731, p. 1-22, 2020.

CONARCFE. **Documento Final do I Encontro da Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação de Educadores (CONARCFE)**. Belo Horizonte/MG, novembro de 1983. Disponível em: <https://www.anfope.org.br/wp-content/uploads/2018/05/1%C2%BA-Encontro-Documento-Final-1983.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2020.

CONARCFE. **Documento Final do II Encontro da Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação de Educadores (CONARCFE)**. Goiânia, agosto de 1986. Disponível em: <https://www.anfope.org.br/wp-content/uploads/2018/05/2%C2%BA-Encontro-Documento-Final-1986.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2020.

LINO, L. A. Tempos de crise: cenário atual da educação no Brasil. In: LINO, L. A.; NAJJAR, J. (Org.). **Planos de Educação, Educação, Democracia e Formação: desafios em crise**. Curitiba: Appris, 2019, p. 17-37.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

MOSCOVICI, S. **A psicanálise, sua imagem e seu público**. Petrópolis: Vozes, 2012.

---

Submissão em: 13 de agosto de 2025

Aceite em: 02 de outubro de 2025

---

---

<sup>1</sup> **Maria de Fátima Barbosa Abdalla**. Universidade Católica de Santos.

Doutora em Educação (FE-USP), pós-doutora em Psicologia da Educação (PUC/SP). Membro da Diretoria da Anfope e membro da LASA, ANPEd e SBPC. Pesquisadora associada ao "Centro Internacional de Estudos sobre Representações Sociais em Educação/CIERS-ed/FCC – Cátedra Unesco de Profissionalização Docente". É líder do Grupo de Pesquisa/CNPq "Instituições de Ensino: políticas e práticas pedagógicas".

E-mail: [mfabdalla@uol.com.br](mailto:mfabdalla@uol.com.br)

Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7099315868609771>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8290-959X>